

ABERTURA POLÍTICA E OS DEBATES SOCIOAMBIENTAIS: PROPOSTAS DA APAN (ASSOCIAÇÃO PARAIBANA AMIGOS DA NATUREZA), EM JOÃO PESSOA NO PERÍODO DE 1978 A 1985

Gutierre Farias Alves¹

INTRODUÇÃO

Este estudo surgiu ainda na graduação através do contato que tivemos com os arquivos e as pessoas da APAN. Sendo assim, as leituras dos jornais e as conversas com a então presidente Socorro Fernandes nos levaram aos sujeitos que participaram da fundação e das lutas da entidade nos anos finais de 1970 e ao longo da década de 1980.

Ressaltamos que em 15 de setembro de 1978, no Campus de Areia/UFPB, o agrônomo Lauro Pires Xavier², após o término de um curso de Extensão, decidiu juntamente com estudantes de Agronomia fundar a Associação Paraibana Amigos da Natureza – APAN. A partir daí vários núcleos foram criados em cidades paraibanas: Sousa, Campina Grande e João Pessoa foram exemplos disso.

Dado a diversidade de lutas e atuações nessas e em outras cidades, decidimos como exequível para o estudo, analisar a atuação da entidade no município de João Pessoa. Nesse sentido, a partir dos jornais de época, de uma bibliografia específica e de uma entrevista com a presidente à época, Paula Frassinete, buscamos problematizar os debates promovidos pela APAN no período proposto.

CRONOLOGIA DA TRANSIÇÃO

A dita anda dura mesmo com a abertura (Gonzaguinha).

O movimento ambientalista paraibano teve na APAN a primeira entidade a refletir sobre a degradação do meio ambiente no estado. João Pessoa foi uma cidade onde as ações e reflexões sobre as transformações do espaço urbano se intensificaram nos anos finais da década de 70 e ao longo da década de 80 do século passado. Para compreender a inserção dos membros na participação social e política através da entidade, é importante traçar um perfil político e econômico do Brasil e da Paraíba daquele período.

Desse modo, a Epigrafe é um verso presente na música *a cidade contra o crime* escrito por Gonzaguinha e lançada no álbum *de volta ao começo* de 1980. Ela reflete as contradições da abertura política, demonstrando que este processo não se deu de maneira harmoniosa e sem conflitos, pois a repressão ainda foi utilizada como política de Estado, mesmo que a memória militar e algumas perspectivas revisionistas e negacionistas discordem dessa perspectiva.

Nesse sentido, Skidmore (1988 p.360) nos faz lembrar que nos anos de 1975 e 1976, além das mortes do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho no quartel do Segundo exército em São Paulo, durante governo Geisel houve uma violência direta contra o Clero³, como exemplo a invasão da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e a

¹ Formado em História pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Atualmente aluno do programa de pós graduação em História (PPGH) pela mesma instituição.

² Nascido na cidade de Areia, em 1905, faleceu em João Pessoa, em 1991. Lauro Xavier era naturalista, botânico, ecologista, professor emérito, urbanista, técnico de planejamento, pioneiro de técnicas modernas em agricultura e criação de rebanhos. Foi sócio fundador do Clube de Engenharia da Paraíba, da Academia Paraibana de Letras e da Associação Paraibana Amigos da Natureza (APAN).

³ Durante a década de 1960 a igreja passa por mudanças internas o que significou, no Brasil, o crescimento rápido das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). “Muitas dessas CEBs tornaram-se uma força na igreja popular, movimento que dá ênfase às bases da Igreja mediante a integração de elementos praticantes de um

destruição de diversos equipamentos mais a prisão de cerca de 700 estudantes; além, da morte do padre Rodolfo Lunkenbein, missionário alemão junto aos índios na Amazônia que foi assassinado por fazendeiros⁴.

Por isso a necessidade de relativizar a ideia de Democracia neste período, pois como narramos até aqui, o poder executivo utilizou diversos mecanismos autocráticos, evidenciadas de forma sucinta nesta: “durante seu governo houve 39 opositores desaparecidos e 42 mortos pela repressão. A censura à imprensa, às artes e às diversões foi amplamente utilizada, abrandando-se somente em 1976” (NAPOLITANO, 2014, p.234).

Este processo de mudanças políticas esteve dentro do contexto de uma grave crise econômica, iniciada no início da década de 1970 e acentuada ao longo da década de 1980, chamado por muitos como a “década perdida”. Os santos que se juntaram para operar o “Milagre Brasileiro” agora rezavam aos deuses para tirar o Brasil da crise.

Skidmore aponta como um dos fatores para o mau momento econômico o aumento do preço do petróleo mundial, onde o Brasil que “importava 80 por cento do produto, de repente se viu às voltas com uma insuportável drenagem de suas divisas apenas para ocorrer a um item de suas compras no exterior” (SKIDMORE, 1988, p.350).

Para fugir da crise o Brasil teria que investir em novas fontes de energia, reduzir as importações não petrolíferas, usar as reservas de moedas estrangeiras e/ou fazer empréstimos externos. E o Brasil fez principalmente estas últimas duas coisas: significando um aumento da dívida externa, somente em 1974, de 6,2 bilhões para 11 bilhões de dólares, representando o fim do Milagre⁵.

Por causa da crise do petróleo a política de desenvolvimento na gestão do então presidente, se baseou na busca de fontes alternativas de energia que demandaram um investimento público em grande escala. Temos como exemplo o início da construção do complexo de Itaipu, a siderúrgica Açominas em Minas Gerais e o programa nuclear⁶.

Em março de 1977 o livro branco que explicava o programa nuclear dizia que o programa nuclear do Brasil: “conta com o apoio unânime da vontade nacional e se baseia no nosso esforço próprio, conjugado com a cooperação externa, e na aceitação de salvaguardas, que garantem sua estrita aplicação pacífica”⁷.

Esta declaração do presidente Geisel nos inquieta, pois até que ponto existia uma vontade nacional para o desenvolvimento da energia nuclear? Será que esta política não sofreu resistência por parte de setores da sociedade brasileira?

Bem, foi apenas no último ano de seu governo que as medidas “liberalizantes” foram tomadas, principalmente a partir da Abolição do AI-5 que extinguiu o poder do presidente em declarar o congresso em recesso, cassar parlamentares, restituiu o habeas corpus, que foi restabelecido para as pessoas detidas por motivos políticos e suspendeu a censura prévia para o rádio e a televisão, além da suspensão da pena de morte e da prisão perpétua.

catolicismo folclórico e a propagação da quase revolucionária teologia da Libertação, representada no Brasil por teólogos como Leonardo Boff” (Skidmore p.359)

⁴ Já em 1977 o governo lança o “pacote de abril” para frear as vitórias do MDB no pleito anterior a partir da dissolução do congresso nacional e da indicação de um terço dos senadores por parte do governo executivo, os chamados senadores biônicos.

⁵ Desse modo, estudiosos apontam que a política econômica do governo Geisel pode ser caracterizada pelo crescimento do PIB através do aumento da inflação e de uma balança comercial desfavorável.

⁶ Segundo Skidmore (1988 p.375-383) após polêmica com os Estados Unidos sobre a política de desenvolvimento da energia Nuclear, o Brasil fechou acordo com a Alemanha Ocidental em junho de 1975 que previa a compra de dois a oito reatores nucleares. Por fim, após pressão dos EUA os dois países concordaram que a utilização da tecnologia nuclear seria para fins “pacíficos”.

⁷ Ernesto Geisel, Discursos, vol 4 (1977) (Brasília, Assessoria de Imprensa da Presidência da República, 1978), p.39.

O governo de João Baptista de Oliveira Figueiredo, deu continuidade na política da abertura a partir da lei de anistia e da lei de multipartidarismo⁸. Tais medidas tiveram como partir dos objetivos e das consequências que corroboram com as contradições deste processo.

Como afirmam Nunes (2003) a lei de Anistia foi aprovada em 1979 e permitiu o retorno ao Brasil de todos os perseguidos pela ditadura e foram anistiados todos os presos ou exilados por crimes políticos desde 1961. Porém, a anistia “ampla, geral e irrestrita” foi utilizada pelos torturadores de presos políticos, atribuindo “legalidade” aos homicídios e atrocidades cometidos nos porões e salas da ditadura.

Em relação ao multipartidarismo significou a fragmentação da oposição no país. O sistema bipartidário fortalecia a oposição e por isso “a estratégia da fragmentação colocada em curso pelo Poder executivo tinha um único e exclusivo objetivo: barrar o avanço da oposição nas eleições diretas para governador em 1982” (DEO, 2014, p.317). Em nome da democracia e da legalidade a transição mantinha seu caráter autocrático regido pelas mãos, do agora general Figueiredo.

Assim, a agenda de transição se iniciou com Geisel e se reafirma com a indicação de Figueiredo. “Ou seja, a partir de então, já com a pressão das ruas e do próprio sistema político, é que a abertura se transforma em um projeto de transição democrática, ainda que de longo prazo” (NAPOLITANO, 2014, p.234). Então, foi nesse quadro que houve o (re) surgimento de movimentos sociais dentre eles os movimentos ambientalistas.

NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO E A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA BRASILEIRO

O conceito de sociedade vem do latim *societas* que significa "associação amistosa com outros". No entanto, entendemos que dentro de uma sociedade capitalista, essa associação amistosa quase sempre não é possível, pois as diferenças étnicas, de classe e gênero, por exemplo, faz com que os propósitos, os gostos, os objetivos e preocupações coletivas e individuais sejam diferentes dentro dos processos históricos.

Nesse sentido, fugimos da perspectiva que afirma “a sociedade lutou no processo de redemocratização”. O termo sociedade não pode ser utilizado de forma vulgar e nem é uma abstração que resolve os problemas do pesquisador. Por isso, quando falamos em sociedade precisamos delimitar que fração da sociedade participava ativamente de um dado processo.

O contexto político e econômico do Brasil explicado até aqui, serviu para que alguns setores da sociedade lutassem contra a ditadura militar que seguia no país, ou seja, contra a repressão, a tortura e a censura promovida por um Estado autoritário.

Neste caso, nos anos finais da década de 1970, a Igreja, a OAB, a UNE a ABI passa a ter um protagonismo político com o objetivo de construir uma sociedade brasileira fora dos ditames da ditadura militar. A partir de conferências, reuniões, passeatas e da utilização da imprensa, se mobilizam para a volta do “Estado de direito” através da revogação do AI-5.

Mas, além disso, outras questões surgiram, novas bandeiras e outros atores sociais também: o “ressurgimento” do movimento operário, o movimento feminista, o movimento negro e os diversos movimentos ambientalistas que surgiram neste período são exemplos disso.

⁸ Sendo assim, a ARENA foi substituída pelo Partido Democrático Social (PDS), o MDB tornou-se PMDB (partido do Movimento Democrático Brasileiro), além da criação de importantes partidos como o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), o PP (Partido Popular) e o PT (Partido dos Trabalhadores). Porém, O partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) permaneceram na ilegalidade, o que mostra a necessidade da problematização da ideia de “redemocratização” e do medo dos “subversivos”. Os dois partidos só passaram a ter existência legal a partir de 1985.

Ou seja, a partir da “distensão” lenta, gradual e segura, de Geisel, em 1974, uma nova conjuntura se abre para a busca de direitos sociais. Se antes do AI-5 existiam uma “estrutura de sentimento revolucionário” baseado nas ideias e práticas socialistas, comunistas e de esquerda, que perpassava os partidos políticos, a literatura, a poesia, o cinema, a música e várias esferas da sociedade; agora, graças à todos os mecanismos utilizados durante a ditadura, o horizonte revolucionário era praticamente inexistente.

O que se buscava durante a década de 1970 era o direito mínimo a cidadania, isto é: moradia, acesso à educação, equidade entre homens e mulheres; negros e brancos, direitos trabalhistas, de livre organização e pensamento.

E é nesse quadro que a luta ambientalista também ganha força, se encorpa, com suas especificidades a partir das diferenças regionais, mas dentro desse quadro de efervescência social.

Entretanto, é preciso ressaltar que a crítica ambiental não é algo novo no Brasil. Nos anos finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX a “defesa dos parques nacionais e de espécies animais e vegetais passou a ser objeto de formulações governamentais e da ação desenvolvida por associações ambientais” (OLIVEIRA, 2008, p.756).

Isto significa que antes da década de 1970 a agenda ambiental brasileira estava vinculada as discussões que aconteciam fora do país, como na Europa e nos Estados Unidos, para a conservação dos recursos naturais. Basicamente, as associações eram formadas por técnicos científicos e funcionários do Estado, ou seja, formada por uma “elite Naturalista”,

Assim, entendemos que só a partir dos anos 70 que o movimento ambientalista brasileiro passa a ter uma relativa independência em relação ao Estado, além de uma agenda ambiental que se comprometia não apenas com a conservação dos recursos naturais, mas também com um projeto social e uma crítica ao modelo de desenvolvimento. Elas surgem não como um fenômeno isolado, mas:

a atuação das entidades ambientalistas, nesse período formativo, está baseada na denúncia e na conscientização pública sobre a degradação ambiental, sendo que numa primeira fase estão restritos a campanhas de caráter local dentro de suas áreas de influência. (VIOLA; LEIS, 1992, p.82).

Alonso, Costa e Maciel, (2005, p. 155), caracteriza as demandas locais que fizeram surgir algumas entidades ambientalistas durante a década de 1970. Não vem ao caso problematizar as demandas locais de outras associações que surgiram país afora, mas registrar que neste período tivemos o surgimento: Em 1971, na cidade de Porto Alegre, da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN); no ano de 1973 e 1976, em São Paulo, surgiu o Movimento Arte e Pensamento Ecológico (MAPE) e a Associação Paulista de Proteção Natural (APPN), respectivamente.

No nordeste, tivemos o surgimento em 1976, no município de Fortaleza, a Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente (SOCEMA), primeira entidade ambientalista na cidade que passou a discutir os problemas da degradação ambiental. E Mais tarde, em Recife, no ano de 1979 surgiu a Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (ASPN). Fundada por professores, estudantes universitários e funcionários públicos.

Nesse sentido, os movimentos ambientalistas citados, apesar de suas particularidades, possuem em comum o caráter político de suas ações, com o intuito de construir uma sensibilidade e consciência ecológica a partir da educação ambiental, das manifestações públicas e da mobilização da própria imprensa. Diferente das entidades ou associações conservacionistas dos anos anteriores, que segregava a questão ambiental da discussão política e principalmente social, o que surge no processo de Redemocratização é a questão ambiental como problemática humana e urbana através de uma crítica ao processo de desenvolvimento industrial imposto pela ditadura.

É nesse contexto que surge a Associação Paraibana Amigos da Natureza (APAN). Isto significa que ela faz parte desse quadro geral de mudanças políticas, sociais e da construção de uma consciência ambiental, expostas até o presente momento. A partir de agora pretendemos problematizar as propostas da APAN em torno da proibição da caça a baleia no estado e contra a verticalização do litoral Pesseense.

ABERTURA POLITICA NA PARAÍBA E O SURGIMENTO DA APAN

Como vimos, os anos finais da década de 1970 foi marcada pelo esgotamento progressivo do regime militar. Na Paraíba a situação também seguia este curso. Exemplo disso foi a cisão na ARENA para a disputa do governo do estado em 1978 a partir de dois postulantes ao cargo de governador dentro das convenções partidárias: A vitória de Tarcísio Burity sobre Antônio Mariz, de acordo com Cittadino (1999 p.127), é um marco representativo neste processo.

No aspecto econômico, a Paraíba enfrentou uma grave crise econômica durante este período. Crise que deve ser entendida a partir do modelo de modernização conservadora do Estado realizado pelo regime militar o que ocasionou problemas sociais e econômicos bastante significativos⁹. De acordo com Cittadino (1999 p.131), o Produto Interno Bruto do Estado, que na década de 1960 era de 10% do PIB regional, sofre uma queda para 5.6% durante a década de 1980.

Além disso, apesar do andamento do processo de abertura, velhas práticas políticas permaneceram, como por exemplo, às práticas clientelistas, que se intensificam nesse período e servem como objeto de trocas e negociações para o ganho de votos.

Isto significou o ganho nas eleições de 1982, pelo candidato do PDS, Wilson Braga, pois antes do pleito para governo do estado, o executivo Estadual que era comandado pelo PDS nomeou cerca de 500 funcionários em um só dia, para empresas como CIDAGRO, A União, CAGEPA e SAELPA. Por isso, mesmo o governo de Wilson Braga torna-se paradigmático no que se refere “a utilização em larga escala dos projetos do governo para o favorecimento de grupos econômicos privados” (CITTADINO, 1999 p.133).

Este quadro de mudanças políticas e econômicas teve importância no processo de mudanças sociais. Desse modo, neste período de “abertura política” há o surgimento e o retorno de movimentos sociais na busca por direitos, em nosso estado. No campo e na cidade conflitos surgem e antigas e novas questões foram levantadas.

Como aponta Nunes (2003 p. 135-137) várias questões foram discutidas no período: À questão sindical com a fundação da ADUF/JP, em 1978, (que surgiu dentro do sindicato combativo), em 1980 a criação do Partido Dos trabalhadores (PT) e posteriormente 1984 a criação da Central Única dos Trabalhadores/PB (CUT). A Pastoral operária, a reorganização do movimento estudantil e o surgimento do Movimento Feminista pela Anistia da Paraíba também são exemplos desse novo quadro.

Apontar essa diversidade de movimentos sociais na Paraíba se faz importante, pois a APAN não surge como um fenômeno isolado e por isso muitos membros da entidade

⁹ A partir do Regime Militar, o Estado aprofunda sua participação na economia a partir do modelo desenvolvimentista, tendo João Agripino, no estado da Paraíba, como responsável de sistematizar tal política econômica. Desse modo, através da SUDENE, temos o incentivo fiscal para indústrias do Sul/Sudeste se instalarem em terras paraibanas, tendo como consequência o desestímulo da indústria local. Além disso, no campo tivemos o desmantelamento da organização camponesa, a expropriação de terras camponesas e a ampliação das propriedades rurais, o que ocasionou um êxodo para as cidades, rebaixando o preço dos salários (devido o excesso de mão de obra) e ampliando o desemprego. Desse modo, de acordo com Cittadino, o que houve em nosso estado foi uma “modernização conservadora”, para mais informações ver: CITTADINO, Monique. A Política Paraibana e o Estado autoritário (1964-1986). In: Estrutura de Poder na Paraíba. Vol. 4. João Pessoa. EDUFPPB, 1999. P. 120-124.

participaram de outras associações, movimentos e até mesmo partidos políticos. Com isso, a entidade se articulou com outros segmentos da sociedade pessoense, com o objetivo de construir uma consciência ambiental no estado e na cidade de João Pessoa.

Nesse sentido, o nome em destaque nas matérias jornalísticas foi o de Paula Frassinete. A partir daí, conseguimos localizá-la, com ajuda de Socorro Fernandes, e começamos os primeiros contatos que se materializaram com entrevistas “oficiais” em 2016.

Nascida em Pesqueira, Pernambuco, no ano de 1943, Paula passou sua adolescência no bairro de Tejipió, Recife, onde se formou em biologia pela Universidade Federal de Pernambuco e posteriormente fez mestrado em zoologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Antes de chegar a João Pessoa, em 1976, as experiências sociais anteriores junto com o diálogo com profissionais de referência no que se refere as questões ambientais da época, serviram para a construção de um sujeito sensível as causas ambientais:

Fui Aluna de Vasconcelos sobrinho¹⁰ nessa época, e já começava as discussões ambientais e o meu orientador era um ecólogo, Dárdano de Andrade-Lima¹¹. Então tinha uma visão muito boa do ecossistema como um todo. Embora ele fosse botânico e eu estivesse enveredando pela zoologia, mas a gente já via o ecossistema como um todo e Vasconcelos sobrinho já naquela época chamava atenção para o desertificação de algumas áreas, por conta dos desmatamentos, notadamente nas áreas de caatinga, do semi-árido e a gente já tinha essa...um orientador nessa visão do ecossistema e do equilíbrio da natureza.

Em João Pessoa, conhece Lauro Pires Xavier e junto com Antonio Augusto, fundam a Associação Paraibana Amigos da Natureza, na capital paraibana. A partir daí, experiências individuais se cruzam para o combate ao modelo de desenvolvimento econômica da cidade, tendo como objetivo principal conscientizar a população da degradação ambiental. Perguntada sobre os segmentos da sociedade pessoense que participavam da APAN no período, Paula responde:

Veja bem, os integrantes eram principalmente os alunos de biologia, os professores que vieram do departamento de sistemática e ecologia...tinha gente do Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia, Pernambuco [...]. No meio artístico nós tínhamos principalmente artistas plásticos: Marlene Almeida, Flavio Tavares, Sandoval Fagundes, Hermano José Guedes, José Altino.

Desse modo, ela surge com o objetivo de construir uma consciência ambiental no estado da Paraíba, principalmente através da educação e da atuação dos professores e alunos nas escolas, na universidade e nas ruas. Este trabalho se notabilizou com profissionais capacitados e intelectualizados: professores, estudantes, artistas plásticos, engenheiros; que participavam de congressos e eventos nacionais sobre meio ambiente e que estavam atentos as discussões Brasil/mundo a fora.

A composição social da APAN, neste caso, é bastante heterogênea e se faz a partir de trabalhadores que possuem algum tipo de formação. Assim, discordamos da ideia de Oliveira (2008 p.759) sobre a “origem social elevada” dos movimentos ambientalistas do Brasil na década de 1970, partir da ampliação da noção de classe trabalhadora:

¹⁰ Vasconcelos é considerado uma das maiores autoridades em ecologia do Brasil. Foi um dos responsáveis pela criação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), onde introduziu as disciplinas *Ecologia Conservacionista* (primeira do gênero ministrada no Brasil) e *Desertologia*.

¹¹ Dárdano de Andrade-Lima, foi um cientista paraibano formado em agronomia pela escola superior de Agricultura da Universidade Federal Rural de Pernambuco (1943). Fez pós graduação em Botânica Florestal, nos Estados Unidos e posteriormente contribuiu para o aumento e a organização das coleções botânicas do Herbário da Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária (IPA).

Ela compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos, incorporando também a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário.(ANTUNES; ALVES, 2004, p.342).

A LUTA CONTRA A ATIVIDADE BALEEIRA E OS ESPIGÕES NA ORLA.

Atividade Baleeira na Paraíba se estruturou a partir de 1911, na praia de Costinha, município de Lucena, atribui-se as condições geográficas e marítimas favoráveis, além da desativação da caça comercial em algumas áreas tradicionais, como Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina.

A exploração desses animais, proporcionou a estruturação de uma cadeia produtiva na região monopolizada pela Companhia Norte de Pesca do Brasil (COPESBRA)¹², responsável pelo abate, processamento, industrialização e comercialização dos derivados baleeiros.

Nesse sentido, as baleias capturadas no litoral Paraibano retiravam-se o óleo, as barbatanas, a farinha dos ossos, e a carne *in natura*, esta que passou a ser constituir como principal produto de exportação para o mercado japonês.

A partir disso, de acordo com os jornais da época, um dos argumentos utilizados pelos membros da APAN, como Paula Frassinete, era que grande parte do recurso natural era exportado para o Japão. Além disso, segundo os ambientalistas da APAN, a caça deveria ser proibida, pois sua continuação poderia levar a extinção da Baleia *Minke*, assim como ocorreu com outras espécies que foram caçadas a exaustão. Pois, de acordo com os dados fornecidos pela Superintendência da Pesca (SUDEPE), de 1966 até 1983 foram capturadas em nosso estado 12.991 baleias, das quais 66,25% eram fêmeas e 33,74% do sexo masculino, uma prova evidente de que se encaminha para a extinção do cetáceo.

Outro argumento utilizado pelos membros da APAN é que os que trabalhavam na exploração dos animais viviam em regime temporário, ou seja, trabalhavam por 5 meses como “boias frias” e posteriormente não recebiam direitos trabalhistas, pois suas carteiras de trabalho não estavam assinadas.¹³

A partir desse contexto, os que defendiam o fim da atividade baleeira apontaram diversas alternativas socioeconômicas para as pessoas residentes na praia de Costinha no município de Lucena. Em diversos artigos e matérias jornalísticas da época, soluções são apontadas para que a população não ficasse desempregada. Pesca artesanal, indústria do coco, criação de novos tipos de pesca por meio de cooperativas, o incentivo e a industrialização a jojoba (arbusto resistente a seca), além da pesca do tubarão e do atum, e do cultivo de algas marinhas.¹⁴

Já em 1982, o governador Tarcísio Burity resolveu ampliar o controle estadual sobre a urbanização da orla marítima paraibana, e para isso assinou em 10 de maio o Decreto nº 9.485, que estabelecia:

Artigo 1º – Os projetos de urbanização, loteamentos, construções ou outras modificações, que venham a ser executadas na orla marítima, em áreas compreendida entre 300 e 500 metros, ficarão, sob a jurisdição do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba – IPHAEP.

Artigo 2º – O conselho consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP, disporá sobre a classificação das áreas

¹² Empresa esta de grande porte e que a partir de 1957 passou a integrar-se ao capital japonês, na empresa Nippon Reizo Kabushiki Kaisha, e a partir de 1971 com o sistema “Joint-Venture” (empreendimento conjunto), aumentando assim, ano após ano o número de baleias capturadas. Protesto contra a pesca da baleia no SBPC.

¹³ As baleias agradecem – JOSÉ ALTINO – O norte – João Pessoa – 24 de Setembro de 1985.

¹⁴ APAN lembra moratória de pesca – O norte João Pessoa, 12 de julho de 1985.

consideradas de importância para efeito do que dispõe este decreto. (MOREIRA, 2006, p. 63).

Creginaldo Silva, biólogo e membro da APAN, argumentou que a construção de edifícios e hotéis na orla causaria uma grande poluição nas praias, prejudicando também o clima, pois os edifícios formariam uma barreira e impediriam a circulação das correntes marinha e continental (que tem a função de equilibrar o clima) para o centro da cidade, que, com isso, teria uma temperatura altíssima¹⁵.

Porém, em 1983, o governador Wilson Braga revogou o decreto do ano anterior, retornando para a Prefeitura de João Pessoa o controle das construções na orla marítima municipal. A decisão foi apoiada pelo então prefeito de João Pessoa, Oswaldo Trigueiro do Valle (PDS), que tentou conciliar os interesses de empresários e ambientalistas, presidindo uma comissão sobre o assunto¹⁶. Entretanto, vale salientar que Valle foi nomeado prefeito de João Pessoa pelo então governador Wilson Braga, ambos do PDS.

Preocupada com essa medida, a APAN, juntamente com as outras entidades que apoiavam o movimento, principalmente o Conselho Regional de Arquitetura de João Pessoa, passou a alertar sobre os riscos que a ocupação intensiva da orla marítima de João Pessoa poderia acarretar para a vida da cidade. Os principais argumentos eram o corte de ventilação para as outras áreas da cidade, a sombra na praia às primeiras horas da tarde e a poluição das águas com o escoamento de esgotos no mar¹⁷.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, para entendermos as propostas socioambientais da APAN é necessário contextualizar os aspectos políticos, culturais e sociais do período em que o Brasil estava inserido, caracterizado pela crescente abertura política e pelo processo de redemocratização. Década na qual os agentes sociais intervinham nos rumos da sociedade brasileira. Com isso, as ideias sobre preservação do meio ambiente adentraram nas universidades brasileiras e nas ruas, por assim dizer. A construção de uma nova sensibilidade, em termos culturais, esteve presente naquele momento.

Somente nesse contexto político é que um grande número de associações ambientalistas surgiu. No caso paraibano, diversas lutas foram pauta da APAN, dentre elas, a defesa da orla marítima e a luta contra a atividade Baleeira. Porém, diferentemente das associações puramente “preservacionistas” de períodos anteriores, a APAN se notabilizou, como vimos, com questões que envolviam a cultura, a sociedade e a política da época.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. **Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro**. In: NOVOS ESTUDOS CEBRAP, São Paulo, n°79, P. 151-167, novembro de 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300008 Acesso em: 20 de jun. 2016.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. **As mutações no Mundo do trabalho na era da Mundialização do Capital**. In: Educ. Soc, Campinas, vol 25, n.87, P. 335-351, Agosto 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf> Acesso em: 30 de jun. 2016.

¹⁵ Movimento quer impedir revogação de decreto. *O Norte*. 30 de novembro de 1985.

¹⁶ Prefeito é favorável aos “espigões” na Praia. *O Norte*. 08 de outubro de 1984.

¹⁷ Campanha contra os Espigões. *O Norte*. 08 de dezembro de 1985.

APAN lembra moratória de pesca - O norte. João Pessoa, 12 de julho de 1985).
As baleias agradecem – JOSÉ ALTINO – O norte. João Pessoa, 24 de Setembro de 1985.
Campanha contra os Espigões. *O Norte*. 08 de dezembro de 1985.

CITTADINO, Monique. **A Política Paraibana e o Estado Autoritário (1964-1986)**. In: Estrutura de poder na Paraíba. Vol 4. João Pessoa. EDUEPB, 1999.

DEO, Anderson. **Uma transição à Long Terme: A institucionalização da autocracia burguesa no Brasil**. In: PINHEIRO, Milton (org). O que resta da transição. São Paulo, Boitempo, 2014.

MOREIRA, Raphaela Cristhina Claudino. **A questão do Gabarito na Orla Marítima de João Pessoa (bairros de Manaíra, Tambaú e do cabo branco)**. João Pessoa, 2006. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal da Paraíba para obter o grau de Mestre.

Movimento quer impedir revogação de decreto. *O Norte*. 30 de novembro de 1985.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. **O Partido dos Trabalhadores e a Política na Paraíba: Construção e Trajetória do Partido no Estado (1980-2000)**. Recife, 2003. Tese apresentada no programa de Pós-graduação em história da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, para a obtenção do título de doutor em história do Brasil.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira De. **Gênese e redefinições do militantismo ambientalista no Brasil**. Dados - revista de ciências sociais, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 751-777, Agosto de 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582008000300007&lng=en&nrm=iso Acesso em: 28 abr. 2016.

Prefeito é favorável aos “espigões” na Praia. *O Norte*. 08 de outubro de 1984.

Protesto contra a pesca da baleia no SBPC. Correio da Paraíba, 16 de Junho de 1985).

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: De castelo a Tancredo, 1964-1985**. Tradução Mario Salviano Silva, Rio de Janeiro, Paz e terra, 1998.

VIOLA, Eduardo; LEIS, Hector. **A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável**. In: HOGAN, Daniel; VIEIRA, Paulo (Orgs.). Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável, Campinas, Editora da UNICAMP, 1992.